

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.552 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2002



Célio Azevedo

Calheiros defendeu o projeto que permite a renegociação

CAE aprova renegociação para Alagoas

PÁGINA 3

Mozarildo cobra ações contra tráfico

PÁGINA 2



Célio Azevedo

Jucá: votação normalizaria negócios das empresas

Romero Jucá quer votar logo MP do Refis

PÁGINA 3

Senado terá nova área para qualificar servidor

Secretaria do Patrimônio da União transfere ao Senado área de 2.500 metros quadrados em Brasília.

PÁGINA 2

Congresso recebe hoje a proposta de Orçamento da União para 2003

Tramitação começa pela Comissão Mista de Orçamento, e votação final deve ocorrer em sessão conjunta do Senado e da Câmara até o dia 15 de dezembro



Genalio Magela

Comissão Mista de Orçamento analisará a proposta orçamentária antes da votação final, em sessão conjunta, por deputados e senadores

O Congresso Nacional recebe hoje, às 11h30, a proposta de Orçamento da União para o ano de 2003. O texto será entregue ao primeiro-vice-presidente do Congresso, deputado Efraim Morais, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, no gabinete da Presidência do Senado. O Executivo cumpre, assim, o prazo

legal para o envio da proposta orçamentária, que tem como data-limite o dia 31 de agosto de cada ano. No Legislativo, a tramitação do projeto começa pela Comissão Mista de Orçamento e o prazo para votação final, em sessão conjunta do Senado e da Câmara, termina em 15 de dezembro.

PÁGINA 3



Debates realçam importância da aplicação do Protocolo de Kyoto

PÁGINA 4

Mozarildo discorda do fechamento de fronteira

Senador diz que cabe ao atual governo definir desde já programas de capacitação da Polícia Federal para agir na Amazônia. Ele reconhece que ações militares na Colômbia podem obrigar guerrilheiros a fugir para o Brasil

A idéia defendida pelo candidato José Serra de fechar fronteiras na Amazônia, caso se intensifique o crime de tráfico de drogas na região, é contestada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Para ele, isso significaria que o país está em estado de deflagração de conflito, o que traduziria uma instabilidade comprometedor do equilíbrio do país e da América do Sul.

— Mesmo sabendo que o peso eleitoral da região amazônica não se compara com o das outras regiões do país, urge que os candidatos se manifestem de modo conseqüente sobre o que pretendem fazer para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento desta vasta parcela do território nacional — argumentou Mozarildo.

Na opinião de Mozarildo, cabe ao atual governo definir desde já programas de capacitação da Polícia Federal para agir na região.



Mozarildo defende ações que incorporem Amazônia ao processo de desenvolvimento

Ele considera um risco esperar-se que a Amazônia chegue ao estado em que se encontram as principais regiões metropolitanas do país, “nas quais se estabeleceram estados ilegais paralelos ao Estado legal”.

No entender do parlamentar, é chegada a hora de o Brasil encetar as ações e políticas necessá-

as à plena incorporação da Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional. Ele disse que o caso é particularmente importante em face da nova postura do governo colombiano no combate à guerrilha e ao narcotráfico.

Mozarildo avalia que as ações militares na Amazônia colombiana poderão resultar em passagem para o território brasileiro de pelo menos uma parte dos que fugirem da repressão do Exército daquele país. Ele também observou que a Amazônia é uma zona altamente permeável à circulação ilegal de bens e pessoas, se o Estado brasileiro não se fizer presente ali de modo eficaz e contínuo. Para que o Brasil se torne atuante na manutenção da ordem e da paz interna, ele considera fundamental não deixar que a Amazônia brasileira se torne um caldeirão de guerrilha e narcotráfico, como já são as Amazônias boliviana e colombiana.

Senado recebe área do Patrimônio da União

A Secretaria do Patrimônio da União passou ontem ao Senado o termo de entrega de uma área de 2.500 metros quadrados localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte, em Brasília. A área abrigará instalações destinadas ao treinamento de servidores. O documento foi recebido pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, das mãos do gerente regional do Patrimônio da União no Distrito Federal, Sebastião Gomes Filho.

A área transferida ao Senado, dividida em cinco lotes de 500 metros quadrados cada um, é uma das duas solicitadas pelo Senado. A outra, ainda em tramitação, tem 31 mil metros quadrados e fica no Setor de Clubes Sul, às margens do Lago Paranoá, onde deverá ser construído o prédio da Universidade do Legislativo (Unilegis).



Agaciél Maia (E) exhibe documento entregue por Sebastião Gomes Filho

— O Senado agradece a entrega da nobre área no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte e fica na expectativa de receber a transferência do lote no Setor de Clubes, onde iniciaremos as obras do prédio que abrigará a Unilegis — disse Agaciél.

A Unilegis, cuja aula inaugural será ministrada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, em 23 de

setembro, funcionará provisoriamente na sede do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Agaciél informou que o primeiro curso da Unilegis, destinado a funcionários do Banco Central, Câmara dos Deputados, Senado, Tribunal de Contas da União, Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), será sobre Direito Legislativo.

Mesa envia voto de pesar à família de Albino Boaventura

Em atendimento a pedido do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a Mesa do Senado enviou ontem voto de pesar à família do ex-senador Albino Boaventura, que morreu de enfarto no último dia 21, aos 79 anos.

Boaventura era pastor e suplente de Mauro Mi-



Albino Boaventura exerceu o mandato de senador por duas vezes

renda, tendo exercido o mandato de senador por duas vezes, em 1997 e 2000, em um total de oito meses. Ele foi assessor especial do governo de Goiás e fez parte do Conselho Administrativo da Editora Betel, especializada em livros religiosos.

Senado nas eleições

O Brasil adota o pluripartidarismo em seu sistema político e a Constituição prevê a livre criação, fusão, incorporação e extinção dos

Faltam 38 dias para as eleições

partidos, garantido-lhes personalidade jurídica e autonomia de organização e funcionamento. Só concorrem nas eleições os candidatos inscritos por um partido político registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Atualmente são 30 os partidos registrados, dos quais 16 estão representados no Congresso Nacional. No Senado, os 81 senadores representam apenas 10 partidos, dos quais o PMDB é o que tem o

maior número de parlamentares, com 23 senadores. Depois vem o PFL com 18, o PSDB com 14 e o PT com oito. Outras seis legendas são representadas por 18 parlamentares.

A legislação exige que, para um partido ser criado, sejam coletadas as assinaturas de pelo menos 101 cidadãos brasileiros, em apoio ao programa político e ao estatuto de funcionamento da nova legenda. Após o registro provisório, o TSE dá um prazo de um ano para o cumprimento das exigências para a obtenção do registro definitivo.

Recado ao leitor

No Congresso Nacional, o Senado é a Casa da Federação com os senadores representando os estados. O eleitor, neste pleito, terá a oportunidade de eleger dois senadores, votando em um após o outro na ordem eleitoral. Vote no que representar a sua preferência. Votando em dois senadores, o eleitor vai ajudar à democracia e sobretudo ao seu estado.

Senador Amir Lando (PMDB-RO)

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Projeto de Orçamento chega hoje ao Legislativo

Matéria será examinada pela Comissão Mista de Orçamento e, depois, pelo Congresso. Um dos pontos considerados polêmicos é o percentual a ser fixado para reserva de contingência, já que o governo vetou índice de 3% previsto na LDO

Jucá pede à Câmara que vote logo a MP do Refis

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), dirigiu, ontem, apelo à Câmara dos Deputados para imediata votação da medida provisória (MP) que trata do refinanciamento das empresas públicas e privadas com o fisco – o Refis. Para ele, a aprovação da MP é importante para normalizar os negócios das empresas, em especial das pequenas e médias, que terão melhores condições de rolar suas dívidas.

Jucá afirmou haver um compromisso dos senadores de virem a Brasília, sempre que houver assuntos de interesse do país a serem votados. “Tenho certeza de que, aprovada na Câmara, a MP terá tramitação rápida no Senado”, salientou.

ANISTIA

Segundo o senador por Roraima, o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou o “fecho de ouro” no processo da anistia no Brasil ao assinar ontem, no Planalto, a medida provisória que amplia seu conceito e benefícios,



Romero Jucá também elogiou a assinatura de nova medida provisória ampliando a anistia política

regulamentando a concessão de indenizações a pessoas que não haviam sido abrangidas anteriormente.

Ao concluir o pronunciamento, Jucá manifestou sua satisfação com o crescimento do candidato José Serra, do PSDB, nas pesquisas de opinião realizadas depois do início da programação eleitoral no rádio e na TV. “Ele vai chegar ao segundo turno e ganhar as eleições”, disse o vice-líder do governo no Senado.

Resolução facilita pagamento dos precatórios de Alagoas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de resolução que vai permitir a assinatura final da renegociação da dívida mobiliária do estado de Alagoas com a União, no valor de R\$ 807,1 milhões. Alagoas é o último estado a renegociar sua dívida em títulos no mercado com o governo federal, e isso não ocorreu até agora porque existem cerca de R\$ 300 milhões em títulos emitidos para pagamento de precatórios.

A Advocacia Geral da União e o Ministério da Fazenda exigiram a inclusão de um item nos termos da renegociação da dívida alagoana prevendo que, se um dia a Justiça decidir que os títulos emitidos para pagar tais precatórios não têm validade, os detentores dos papéis terão de devolver o dinheiro a Alagoas. O relator do projeto de resolução, senador Romero Jucá (PSDB-RR), informou que os detentores dos precatórios aceitaram receber

pelos títulos 70% de seu valor e, assim, “são remotíssimas” as possibilidades de uma ação judicial.

O projeto foi apresentado pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), o qual pondera que o estado não tem conseguido fazer seu ajuste fiscal por ter de pagar elevados juros por seus títulos no mercado. Com a renegociação, o estado terá até 30 anos para pagar os R\$ 807,1 milhões à União, a juros baixos.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou durante a reunião da CAE que o próprio Senado já autorizou há dois anos a União a assumir a dívida mobiliária alagoana e que a nova resolução, com apenas um artigo, é um adendo que garante a devolução do dinheiro ao estado em caso de decisão judicial pela nulidade dos títulos precatórios. A matéria será submetida ainda a votação no Plenário do Senado.

A proposta de Orçamento da União para 2003 chega hoje ao Legislativo. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, entregará o projeto de lei elaborado pelo Executivo às 11h30, no gabinete da Presidência do Senado, ao primeiro vice-presidente do Congresso Nacional, deputado Efraim Morais (PFL-PB), observando assim o prazo legal para envio do projeto, que tem como data-limite 31 de agosto.

O projeto será discutido e votado, primeiramente, pela Comissão Mista de Orçamento e, depois, em sessão conjunta do Congresso. Um dos pontos considerados polêmicos é o percentual a ser fixado para a reserva de contingência, que é a rubrica usada como



Ministro Guilherme Dias, do Planejamento, entregará proposta às 11h30, na Presidência do Senado

uma espécie de margem de segurança no Orçamento para absorver despesas imprevistas.

O Executivo deverá propor 1% da receita corrente líquida como reserva de contingência para 2003, segundo informações de técnicos da Secretaria de Orça-

mento Federal (SOF). Esse percentual segue a média histórica aprovada na lei orçamentária dos últimos três anos. Mas está muito longe do acordo negociado este ano com o Congresso durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 3% da receita corrente líquida, que acabou sendo vetado pelo presidente Fernando Henrique.

Esses recursos deveriam alcançar o equivalente a R\$ 6 bilhões e seriam empregados para acomodar o impacto do reajuste do salário mínimo nas despesas públicas federais e os investimentos decorrentes das emendas dos parlamentares. O valor foi considerado excessivo pelo governo, que optou por vetar a emenda instituída na Comissão de Orçamento.

Governo não aceita mudar reserva de contingência

O projeto de Orçamento da União para 2003, que deverá ser entregue hoje ao Congresso, vem exatamente com o formato desejado pelo presidente da República, que rejeitou um total de 12 mudanças introduzidas pelos parlamentares na LDO para o próximo ano.

A principal medida aprovada pelo Legislativo e rejeitada pelo presidente mexia na reserva de contingência do Orçamento de 2003, destinando uma parcela dos seus recursos para financiar uma elevação do salário mínimo e outra para atender a emendas dos parlamentares, voltadas para a realização de mais obras nos seus estados.

Ao justificar o veto, Fernando Henrique Cardoso disse não admitir



A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi relatada pelo senador João Alberto Souza

o desvirtuamento legal daquela rubrica orçamentária – a reserva de contingência – criada para cobrir despesas emergenciais (como secas, enchentes, etc.), não podendo ser direcionada para programas específicos previstos no Orçamento. O Congresso havia

elevado a reserva de contingência do Orçamento de 2003 de R\$ 4 bilhões para R\$ 6 bilhões.

Outros vetos determinados pelo presidente acabam com propostas que destinavam mais recursos para a criação de novas varas da Justiça Federal; fortaleciam entidades filantrópicas; ampliavam os benefícios da renda mensal vitalícia por idade ou invalidez; e alteravam a sistemática de aprovação de créditos suplementares.

O presidente decidiu vetar, também, dispositivo aprovado pelo Congresso na LDO para 2003 que destinava um mínimo de 30% de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para as micro, pequenas e médias empresas.

Fernando Henrique Cardoso deu a seguinte justificativa para esse veto:

– A rigidez introduzida pela fixação de percentuais compulsórios de aplicação de recursos tende a compelir as instituições financeiras a conceder créditos questionáveis do ponto de vista de seus méritos e condições, prejudicando uma melhor alocação dos recursos e a competitividade da economia. Considerando, ainda, que a dinâmica de crescimento das micro, pequenas e médias empresas está relacionada à das grandes empresas, a vinculação proposta poderá vir a ser contraproducente à finalidade de atender ao próprio interesse das micro, pequenas e médias empresas.

Alta do dólar provoca revisão de índices

O projeto de lei do Executivo deve trazer a revisão de alguns dos parâmetros previstos na LDO, como a taxa nominal de juros, que deve ser superior ao nível anunciado para 2003 de 12,84%, e a taxa de câmbio, que antes da escalada da cotação da moeda norte-americana estava estimada para chegar a R\$ 2,42 em dezembro do próximo ano.

Segundo técnicos da comissão, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 4% também deve ser revista, subs-

tituindo o critério de medição na ponta para a variação média mensal no ano. Por esse novo critério, a inflação para 2003 pode atingir 7,5%.

O Congresso deve votar o projeto de lei orçamentária até o dia 15 de dezembro. Se o Orçamento não for aprovado até o início do próximo exercício, o governo só poderá liberar recursos para as chamadas despesas obrigatórias, como pessoal, dívida e transferências constitucionais. A Secretaria de Orçamento Federal resolveu adotar a mesma regra que valeu para o Orçamento deste ano.

Problemas ambientais preocupam senadores

Audiência pública e ratificação do Protocolo de Kyoto são algumas das ações promovidas na Casa. Parlamentares afirmam que país tem autoridade para conduzir negociações na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

A importância do Protocolo de Kyoto, que traz metas mundiais de preservação do meio ambiente, vem sendo tema de constantes debates no Senado. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promoveu audiência pública sobre o tema, realizada por iniciativa dos senadores do PT do Acre Tião Viana e Marina Silva. O Senado também aprovou a ratificação dos termos do acordo que tem como objetivo alcançar a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa e aumentam a temperatura do planeta.

Os participantes da audiência pública afirmaram que a adesão ao tratado garante ao Brasil uma estratégica posição de vanguarda na questão do meio ambiente, o que poderá favorecer o país na disputa e negociação por

recursos do fundo a ser criado para financiar projetos de desenvolvimento limpo e auto-sustentável.

Além disso, concordaram que a ratificação do protocolo dará ao país autoridade moral para negociar outras questões relativas ao meio ambiente, durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio +10, que se realiza até 4 de setembro, em Johannesburgo, África do Sul.

CRÍTICAS

Durante a audiência, que foi tema de programa especial veiculado pela Rádio Senado, os parlamentares criticaram a posição dos Estados Unidos, que se negaram a ratificar o protocolo. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), analisando a questão, alertou para a necessidade de que o Brasil siga o modelo de desenvolvimento susten-



José Cruz



Roosevelt Pinheiro



José Cruz

Tião Viana foi um dos idealizadores da audiência pública, que teve a participação de Mestrinho e Emília Fernandes

tável previsto em Kyoto, porém com o cuidado para não ser negligenciado em seus interesses por países mais desenvolvidos.

QUESTÃO SIMBÓLICA

A senadora Emília Fernandes (PT-RS), por sua vez, ressaltou que o Brasil não poderia correr o risco de fazer da ratificação do protocolo apenas uma questão simbólica. Ela cobrou ações concretas do governo federal para a continuidade dos estudos sobre

mudanças climáticas.

O Protocolo de Kyoto foi assinado no Japão, em 1997, em convenção da ONU, e enfocou as mudanças climáticas ocorridas no planeta e a participação do efeito estufa no processo. Pelo acordo, os países devem se comprometer a reduzir as emissões de gases que provocam esse aquecimento em proporções condizentes com sua participação nas alterações dos níveis de temperatura da Terra.

Compareceram à audiência os representantes dos ministros das Relações Exteriores, Antonio Guerreiro; da Ciência e Tecnologia, Gilvan Meira Filho; e do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Marina Grossi. Também participaram Rubens Harry Borndo, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, e Mário Monzoni, do Observatório Nacional sobre Clima, além do deputado Fernando Gabeira (PT-RJ).

Rio+10 deve agilizar ações da Agenda 21, diz Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) espera que a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que ocorre na África do Sul, contribua para a implantação efetiva das ações previstas na Agenda 21, definidas a partir da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, e que as questões ambiental e social possam ser analisadas em novas bases. Ela acredita não haver mais espaço para discussão de grandes teses.

— É necessário implementar o que resultou da Eco-92 e ampliar as ações, realizando a junção da problemática ambiental com a social, pois as duas andam juntas — argumentou.

A senadora lamentou, entretanto, que os Estados Unidos, principal emissor de gás carbônico na atmosfera, não tenha ratificado até agora o Protocolo de Kyoto, documento que estabelece metas de redução de gases poluentes, e a Convenção da Biodiversidade,



Roosevelt Pinheiro

Para Marina, os avanços obtidos após a Eco-92 são fruto da participação da sociedade

segundo a qual deve haver rateio entre os países dos custos e benefícios da exploração e conservação da biodiversidade, cabendo aos mais ricos arcar com a maior parte do necessário à preservação. Marina também considerou negativo o fato de o presidente

George W. Bush não comparecer à Rio+10.

A posição brasileira nesse processo também recebeu críticas de Marina. Na avaliação da senadora, o Brasil poderia estar liderando as discussões no que se refere à biodiversidade, pela situação privilegiada do país nesse aspecto. Para Marina, contudo, a medida provisória em vigor sobre o assunto é ineficiente e o correto teria sido a aprovação de lei específica para regular o acesso à biodiversidade. A senadora é autora de um projeto com esse propósito.

Embora considere que desde a Eco-92 os países adotaram uma posição refratária a questões ambientais, a senadora acredita ter havido avanços, que ela atribui à participação da sociedade e à conscientização de que a solução dos problemas ambientais e sociais deve ser efetivada conjuntamente.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

Ubaldo Marques, de Itabuna (BA): As propagandas de bebidas alcoólicas deveriam ser proibidas, assim como as de cigarro.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) responde: a questão do fumo é muito mais grave do que a do álcool, até porque a bebida alcoólica tem graduações diversas, a cerveja e o vinho têm percentuais de álcool diferentes em sua fórmula. A proibição generalizada das propagandas de bebidas teria um tratamento mais arbitrário que a propaganda do cigarro.

Maria das Dores, de Cataguases (MG): Há um grande esforço para a abertura de vagas nas universidades, mas não há empenho para criar trabalho para os jovens recém-formados. As pessoas que são beneficiadas pelo crédito educativo não têm como pagar o benefício recebido pelo governo porque ficam desempregadas depois que se formam.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) responde: A sociedade quer mais cursos superiores para formar melhor o seu jovem, e nós representamos essa vontade da sociedade. Por isso defendo o maior número possível de pessoas frequentando as escolas, fazendo seu curso superior, participando da sociedade. Já é difícil para aqueles que têm curso superior entrar no mercado de trabalho, imagina para aqueles que não têm. A solução não é interromper a implantação de novos cursos superiores, mas sim uma ação forte para a retomada da economia, para geração de mais emprego, para geração de renda. A respeito do crédito educativo, o que devemos fazer é aumentar o número de universidades federais e estaduais, abrindo a possibilidade do jovem alcançar a educação gratuita.